



Ministério da Educação

## ATA DE REUNIÃO

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (GT-PNAES)** em quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, com início às nove horas e quarenta e oito minutos e com término às doze horas e quarenta e oito minutos, a reunião teve como objetivo central a discussão da assistência estudantil no âmbito da **PÓS-GRADUAÇÃO**, no contexto da regulamentação da nova Lei nº 14.914/2024 que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sancionada em 2024. A reunião foi realizada na plataforma virtual *Teams*. Estiveram presentes, como membros do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 244, de 14 de abril de 2025 e participantes convidados: Fábio da Silva Paiva, Representante da Secretaria-Executiva (SE/GAB/MEC); Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador-Geral (SESU/DIPPES/MEC); Sandro Augusto Silva Ferreira representante suplente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Adriana Carla Teixeira da Costa Brito, Coordenadora de Relações Estudantis (CGRED/DIPPES/SESu); Rafaela Campos Sardinha, Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais, Representante do INEP; Amanda Machado dos Santos Duarte, Assessora Especial e representante titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/GAB/MEC); Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor da Secretaria Executiva – SE/MEC; Alexandre Marafon Favero, Coordenador-Geral e representante da CAPES; Antônio Gomes de Souza Filho, Diretor de Avaliação da CAPES; Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Diretor e Representante do INEP; Cinthia de Andrade Pereira; Assistente Social e representante do CONIF/FPE/Colégio Pedro II; Laura Eli Padilha de Souza; Coordenadora-Geral da Juventude Substituta (SECADI/CGJUV/MEC); Veruska Ribeiro Machado, Representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Carolynne Maria Granja Ferraz, Coordenadora-Geral de Legislação e Normas de Regulação da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC); Vinícius Soares, representante titular da ANPG; Mariana Chagas Lima, representante da UBES, Pedro Rodrigues de Alencar, Diretor de Assistência Estudantil e Humanização da Universidade do Distrito Federal (UniDF); Priscila Lelis Cagni, Coordenadora-Geral da CAPES; Giovanna Megumi Ishida Tedesco, Coordenadora de Projetos SEGAPE/MEC (DMAPE/SEGAPE/MEC); Letícia Santos da Silva, Diretora de Relações Institucionais e representante da UNE; Elayne Messias Passos, Chefe de Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD/MEC). A reunião foi iniciada por **Fábio da Silva Paiva (SE/GAB/MEC)** **Fábio da Silva Paiva (SE/GAB/MEC)** que apresentou os convidados: CAPES, INEP e Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), que contribuiriam com dados e reflexões. Reforçou a importância do tema e da participação dos representantes da SETEC e da SESU. Destacou que a reunião foi motivada por demanda dos próprios estudantes da pós-graduação. Em seguida, **Amanda Machado dos Santos Duarte (SETEC/GAB/MEC)** agradeceu a presença dos participantes e destacou o caráter colaborativo e contínuo das reuniões do GT. Enfatizou que a reunião foi proposta pelos estudantes da pós-graduação, o que reforça sua relevância. Reconheceu que, embora a SETEC tenha programas de pós-graduação, ainda está em processo de consolidação, e que o encontro será uma oportunidade de aprendizado e escuta ativa. Posteriormente, **Artur Antônio dos Santos Araújo (SESU/GAB/MEC)** saudou os participantes e destacou a importância da assistência estudantil para a permanência e conclusão dos estudos na pós-graduação. Apontou que a pós-graduação ainda carece de normativas específicas e apoio institucional, sendo muitas vezes sustentada apenas pelas bolsas da Capes. Reconheceu o papel da ANPG na sensibilização de gestores e formulação de propostas para ampliar o suporte aos estudantes da pós. Agradeceu a presença do professor Antônio, da Capes, e reforçou que os dados e reflexões apresentados serão fundamentais para subsidiar o debate e a construção de políticas públicas. **Amanda Machado dos Santos Duarte (SETEC/GAB/MEC)** retomou a fala para se apresentar

como assistente social da rede federal, com atuação na Diretoria de Política e Regulação da SETEC. Informou que está em transição para a Secretaria Executiva do MEC, mas continuará acompanhando a pauta da assistência estudantil até o final dos trabalhos do GT. Reforçou o compromisso da equipe com o cuidado e atenção às temáticas da assistência estudantil. Em seguida, **Fábio da Silva Paiva (SE/GAB/MEC)** reforçou a dinâmica da reunião, indicando que as exposições iniciais dos convidados seriam de até 10 minutos cada, com flexibilidade e que posteriormente aconteceria o debate aberto aos membros do GT (3 minutos por fala, com possibilidade de reinscrição) e que a participação dos convidados também seria permitida no debate. Solicitou que os participantes registrassem presença via link no chat. Informou que a ata da reunião anterior foi disponibilizada para apreciação e sugestões de ajustes diretamente no chat. Aprovou a extensão do tempo de fala da ANPG (Vinicius) para 20 minutos, devido à complexidade da pesquisa apresentada, com consenso dos membros do GT. Confirmou que o INEP participará do debate, mesmo sem apresentação formal inicial. **Artur Antônio dos Santos Araújo (SESU/GAB/MEC)** justificou a ampliação do tempo da ANPG, destacando a relevância da pesquisa. Afirmou que a ausência de confirmações em tempo hábil pela CAPES e INEP, bem como, a ausência de apresentação formal por parte da SETEC o levaram a combinar um tempo maior de apresentação com a ANPG. Sugeriu que o professor Antônio (Capes) e Rafaela (INEP) também tenham espaço para contribuir com dados e reflexões. Reforçou a importância de garantir tempo adequado para as contribuições técnicas e institucionais. Posteriormente, a palavra foi repassada para **Vinicius Soares – Presidente da ANPG**, que iniciou sua fala se apresentando como doutorando em Saúde Coletiva pela UFRJ e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Agradeceu ao GT pela oportunidade de discutir a inclusão da pós-graduação na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Explicou que a ANPG realizou duas pesquisas (em 2023 e recentemente) para traçar o perfil dos pós-graduandos no Brasil. Defendeu que os pós-graduandos constituem uma categoria híbrida, pois são ao mesmo tempo estudantes em formação e profissionais já diplomados, o que gera lacunas de direitos sociais. Destacou que, apesar da expansão da pós-graduação nas últimas décadas, com políticas como o REUNI e as cotas, ainda há desigualdades de acesso e permanência. Afirmou que 72% dos pós-graduandos vieram da rede pública de ensino. Destacou que a idade média dos doutorandos caiu de 42 para menos de 38 anos. Afirmou que apenas 40% dos estudantes de programas *stricto sensu* recebem bolsas (Capes, CNPq ou fundações estaduais). Ressaltou que as bolsas, mesmo após reajuste de 40% em 2023, continuam desvalorizadas frente à inflação e ao custo de vida. Como exemplo citou que uma bolsa de doutorado que nos anos 1990 comprava 12 cestas básicas, hoje compra apenas 3 a 4. Apresentou dados do Dossiê Florestan Fernandes, com mais de 2.500 respostas, revelando que 57% dos pós-graduandos não exercem atividade remunerada, dependendo exclusivamente da bolsa ou de redes de apoio familiar para se manterem na universidade. Reforçou a urgência de políticas públicas específicas para garantir a permanência dos estudantes da pós-graduação, especialmente os não bolsistas e os de baixa renda. Destacou que mais de 80% (oitenta por cento) dos pós-graduandos utilizam parte da bolsa de estudos para investir em suas pesquisas, como compra de insumos, participação em congressos e publicação de resultados. Apontou que 47% (quarenta e sete por cento) dos pós-graduandos precisaram se mudar de sua cidade natal para cursar a pós-graduação, o que aumenta os custos e a necessidade de apoio institucional. Identificou que mais de 70% (setenta por cento) enfrentam dificuldades que impactam a produção científica, incluindo problemas financeiros, falta de tempo e questões de saúde mental, muitas vezes agravadas pela insegurança econômica. Apresentou dados da pesquisa de 2023, indicando que 76% (setenta e seis por cento) dos pós-graduandos não tinham acesso a nenhuma política de assistência estudantil, devido à vedação legal que impedia sua inclusão no orçamento da PNAES. Compartilhou resultados de uma nova pesquisa realizada entre 29 de setembro e 12 de outubro, com quase 1.700 (mil e setecentas) respostas, reforçando que quase 90% (noventa por cento) dos respondentes são de universidades públicas federais e a maioria ainda não é atendida por políticas de assistência estudantil. Destacou que muitos pós-graduandos são responsáveis legais por crianças ou adolescentes, o que reforça a necessidade de apoio institucional. Apontou que mais de 60% (sessenta por cento) têm a bolsa como principal fonte de renda familiar, sustentando famílias com 3 ou 4 pessoas, o que evidencia a vulnerabilidade social do grupo. Indicou que mais de 40% (quarenta por cento) possuem dependentes diretos, que dependem da bolsa para subsistência. Apresentou dados sobre a percepção negativa da assistência estudantil nas universidades, com 60% (sessenta por cento) dos pós-graduandos relatando irregularidade na abertura de editais, baixa frequência e número insuficiente de vagas. Asseverou que a

regulamentação da PNAES deve considerar essas realidades para garantir a inclusão efetiva dos pós-graduandos em situação de vulnerabilidade. Reforçou que muitos pós-graduandos utilizam a bolsa de estudos não apenas para subsistência, mas também para investimentos em pesquisa, como participação em eventos científicos e compra de insumos. Alertou para o risco de crise sistêmica na formação de quadros técnicos de alto nível, caso não haja uma política robusta de assistência estudantil na pós-graduação. Apontou o aumento da evasão na pós-graduação desde 2016 e o fenômeno da não procura por vagas, que tem levado programas a não preencherem suas seleções. Defendeu que a pós-graduação deixou de ser atrativa para recém-graduados, devido à baixa valorização das bolsas e à ausência de seguridade social. Enfatizou que a assistência estudantil na pós-graduação não deve ser vista como benefício assistencial, mas como estratégia estrutural de desenvolvimento nacional. Citou estudos internacionais que relacionam investimento em conhecimento e inovação ao crescimento econômico, reforçando a importância da pós-graduação para o país. Defendeu a integração entre MEC, MCTI, Capes e CNPq para garantir condições dignas de estudo e pesquisa. Apresentou propostas concretas, tais como utilização do critério de vulnerabilidade social como base para acesso à assistência estudantil, independentemente de ser graduação ou pós-graduação; reconhecimento da portaria da Capes que permite o acúmulo de bolsas com benefícios da assistência estudantil, superando uma antiga vedação; estabelecimento de calendários públicos e regras estáveis nos editais das universidades e; divulgação ampla e cumprimento de prazos nos processos de seleção e pagamento dos benefícios. Finalizou destacando que essas medidas são essenciais para estabilizar a política nacional de assistência estudantil e garantir a permanência dos pós-graduandos em situação de vulnerabilidade. Fábio agradeceu a fala e parabenizou Vinícius pela pesquisa, ressaltando que também foi membro da ANPG durante a pós-graduação. Posteriormente, passou a palavra a **Antônio Gomes de Souza Filho** – Representante da Capes, que iniciou sua fala reconhecendo a relevância e profundidade dos dados apresentados pela ANPG, especialmente o Dossiê Florestan Fernandes, como diagnóstico claro da realidade dos pós-graduandos. Destacou que os programas de pós-graduação são responsabilidade das instituições, não da Capes, e que é essencial que as universidades incluam a pós-graduação em seus planos de desenvolvimento institucional, com ações e linhas orçamentárias voltadas à assistência estudantil. Apontou que nem todas as instituições reconhecem os pós-graduandos como estudantes que devem ser contemplados por políticas de permanência, o que precisa ser superado. Contextualizou a evolução da pós-graduação no Brasil: Em 1970, havia cerca de 100 programas em 23 municípios, majoritariamente capitais. Destacou que hoje, o sistema está presente em mais de 350 municípios, com qualidade distribuída regionalmente. Ressaltou que houve uma mudança na geografia da produção científica, com descentralização do eixo Rio-São Paulo. Reforçou que a bolsa não é suficiente para garantir a permanência, especialmente diante das realidades socioeconômicas diversas dos territórios onde os programas estão inseridos. Destacou que formar mestres e doutores é estratégico para o sistema nacional de ciência e tecnologia, pois há alta correlação entre produção científica e formação de doutores. Afirmou que cuidar dos pós-graduandos é cuidar da soberania científica do país, pois eles são a principal força motora da geração de conhecimento. Mencionou avanços recentes da Capes: Flexibilização do acúmulo de bolsas, permitindo que bolsistas da Capes acessem benefícios da assistência estudantil e regulamentação de estágios em outros setores da sociedade, além do estágio docente, com possibilidade de complementação de renda. Anunciou o lançamento do Censo da Pós-Graduação, com início em 19 de novembro, que pela primeira vez trará um perfil socioeconômico detalhado dos pós-graduandos, estimados em cerca de 325 mil matriculados e até 420 mil titulados por ano. Reforçou o alinhamento da Capes com as demandas apresentadas pela ANPG e a importância de fortalecer a PNAES com ações que incluam os pós-graduandos, salientando ser um movimento estratégico para o Estado brasileiro. Destacou que a expansão da pós-graduação só foi possível graças a políticas públicas estruturantes, como a destinação de 30% dos investimentos para as regiões Nordeste e Centro-Oeste, promovendo a descentralização da produção científica. Citou a importância histórica de governos anteriores, especialmente o atual, que demonstraram sensibilidade e compromisso com a educação e a ciência. Enfatizou que a expansão da pós-graduação e dos institutos federais foi fundamental para mudar a geografia da formação de mestres e doutores no Brasil. Finalizou afirmando que incluir os pós-graduandos na política de assistência estudantil é mais do que necessário, é estratégico para o desenvolvimento nacional, e que a Capes está alinhada com esse movimento. **Fábio da Silva Paiva** (SE/GAB/MEC) agradeceu ao Prof. Antonio (Capes) pela participação e reforçou aos membros do GT a importância de assinarem a lista de presença e apreciarem a ata da reunião anterior. Solicitou ao Vinícius

(ANPG) que disponibilizasse a apresentação para compartilhamento com os membros do GT, inclusive os que não puderam participar. Destacou o bom quórum da reunião e a importância de dar continuidade ao debate em outros momentos. **Rafaela Campos Sardinha** (INEP) informou que, apesar da intenção de colaborar com dados sobre pós-graduação, o INEP não possui dados específicos sobre pós-graduandos. Apresentou informações ilustrativas sobre a distribuição geográfica dos programas de pós-graduação e investimentos realizados sistematizados por pesquisadores do grupo Sou Ciência (UNIFESP), com base em dados da Capes e do INEP, com o objetivo de contribuir com o debate. Cumprimentou o colega Moreno, também do INEP, e destacou a importância de participação ativa no GT, mesmo na condição de suplente, para garantir contribuições mais efetivas. Destacou que 57% das matrículas na pós-graduação estão concentradas nas universidades públicas federais, seguidas pelas estaduais (24,5%), que enfrentam grande pressão orçamentária por não serem diretamente financiadas pela LDB. Apontou que instituições privadas e confessionais têm participação menor, mas relevante, na pós-graduação. Enfatizou que as universidades federais sofreram forte desfinanciamento nos últimos anos, especialmente após a Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos públicos. Explicou que as despesas discricionárias (como investimentos em infraestrutura, conservação, transporte, energia, internet, etc.) foram as mais afetadas, impactando diretamente a capacidade das universidades de oferecer assistência estudantil estruturada. Apresentou dados sobre a execução orçamentária da ciência e tecnologia, destacando quedas significativas entre 2013 e 2021 em órgãos como INEP (-51,8%), AEB, MCTI, FNDCT, CNPq e CEITEC. Mostrou que a Capes teve aumento de orçamento até 2015, seguido de queda acentuada, refletindo o cenário de restrição fiscal. Reforçou que a assistência estudantil não deve substituir o financiamento estatal da pós-graduação, mas precisa ser pensada em conjunto com a infraestrutura e condições institucionais. Finalizou destacando que a precarização das universidades federais compromete a efetividade da assistência estudantil e que o debate sobre financiamento é essencial para garantir a permanência dos pós-graduandos. **Fábio da Silva Paiva** (SE/GAB/MEC) abriu o debate entre os membros do GT, informando que cada fala teria duração de 3 minutos, com possibilidade de nova inscrição. **Antônio Gomes de Souza Filho** fez considerações sobre os dados apresentados por Rafaela, destacando o alinhamento geral sobre a necessidade histórica de ampliação do sistema de ciência, tecnologia e pós-graduação no Brasil. Sobre a contextualização do orçamento da Capes, apontou que o pico observado em 2015 se deve ao programa Ciência sem Fronteiras, com alto investimento em moeda estrangeira, e que não deve ser usado como referência direta para comparação com o orçamento atual. Em relação à atualização dos dados, ressaltou que os dados apresentados vão até 2021, quando o orçamento da Capes era de R\$ 3 bilhões. Informou que houve recomposição parcial no atual governo, elevando o orçamento para R\$ 5,2 bilhões. No tocante ao reajuste e aumento de bolsas, mencionou reajuste de aproximadamente 40% nas bolsas e aumento no número de bolsas de mestrado e doutorado, passando de cerca de 92 mil para quase 104 mil entre 2022 e 2025, contrariando a percepção de redução. **Sandro Augusto Silva Ferreira** (Coordenador do FONAPRACE e Representante suplente da Andifes no GT) informou que precisaria se ausentar temporariamente devido a compromisso com o MPT sobre a Lei de Cotas e antecipou sua manifestação destacando a urgência do debate sobre a inclusão da pós-graduação na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), ressaltando que a regulamentação deve explicitar esse entendimento. Trouxe como recomendação do Fonaprace a necessidade de que os estudantes da pós-graduação sejam reconhecidos como sujeitos de direito da assistência estudantil, assim como os da graduação. Alertou sobre a dificuldade de interpretação da lei, apontando que o texto atual permite interpretações divergentes, inclusive dentro do próprio Fonaprace. Destacou que deve haver critério de vulnerabilidade social, defendendo que o estudante de pós-graduação em situação de vulnerabilidade e sem apoio de bolsas deve ser o foco da política. Sobre utilizar a bolsa de pesquisa como apoio à permanência, informou que o Fonaprace entende que bolsas de pesquisa já são formas de apoio, e por isso não justificariam acesso a outros auxílios pecuniários da PNAES. Formulou consulta à Capes questionando se há intenção de considerar critérios de vulnerabilidade na concessão de bolsas de demanda social, sugerindo que isso ajudaria a corrigir distorções nos processos de seleção. Alertou que a ampliação dos sujeitos de direito não foi acompanhada de aumento de recursos, originalmente pensados para estudantes de graduação. Destacou que existe diferença entre política e programa: reforçou que a política exige contribuição de diversos entes federativos, e que não é viável atender à pós-graduação apenas com os recursos do programa 4002. Sobre a cobertura de bolsas na pós-graduação, destacou dado mencionado por Vinicius, indicando que

cerca de 40% dos estudantes da pós são atendidos por bolsas, percentual superior ao da graduação e que esta porcentagem de cobertura é composta por estudantes vulneráveis e não vulneráveis, inclusive com perfis socioeconômicos elevados. Comparou com a graduação, onde menos de 25% dos estudantes cotistas recebem assistência estudantil, evidenciando um cenário mais crítico. Sobre a prioridade para estudantes vulneráveis defendeu que se as bolsas de pesquisa priorizarem estudantes em vulnerabilidade, haverá uma distribuição mais justa na pós-graduação. Sugeriu um mapeamento da demanda social para identificar o número de estudantes vulneráveis da pós-graduação que não recebem bolsa de pesquisa, como base para criação de programas específicos. Informou que mais de 15 instituições já publicaram editais voltados a estudantes vulneráveis da pós-graduação, geralmente com recursos complementares, devido à insuficiência dos recursos da PNAES. No tocante ao acesso a serviços de assistência estudantil, afirmou que há avanço no entendimento de que estudantes da pós-graduação em vulnerabilidade podem acessar serviços como restaurantes universitários e casas de estudante, embora o acesso a auxílios pecuniários ainda seja limitado. Reafirmou a necessidade de aportes complementares, destacando que, para atender plenamente à demanda, é essencial buscar recursos adicionais de outros entes federativos, como Capes e MCTI. Concluiu sua fala abordando a interseção como público-alvo, defendendo que o foco dos programas deve ser o grupo de estudantes vulneráveis da pós-graduação que não recebem bolsa de pesquisa, por ser um contingente possível de ser apoiado com ganhos reais. **Amanda Machado dos Santos Duarte** (SE/GAB/MEC) iniciou sua manifestação parabenizando as falas anteriores, destacando especialmente as contribuições de Vinicius, Antônio e Sandro, que trouxeram dados e reflexões relevantes ao debate. Em sua fala, Amanda ressaltou o avanço significativo ocorrido nas últimas décadas em relação ao acesso ao ensino superior, ao ensino médio integral e aos cursos técnicos, especialmente no âmbito dos Institutos Federais. Segundo ela, esse processo tem permitido que estudantes em situação de vulnerabilidade social concluam seus estudos e busquem continuidade na formação acadêmica, o que evidencia a necessidade de políticas de permanência também na pós-graduação. Alertou para a persistência da vulnerabilidade social mesmo após a conclusão do ensino superior, considerando o contexto de desigualdade e precarização do mercado de trabalho no país. Destacou que muitos estudantes formados continuam enfrentando dificuldades econômicas e sociais, o que reforça a importância de superar visões reducionistas que associam a formação acadêmica à superação automática da vulnerabilidade. Amanda também pontuou que o perfil dos estudantes dos Institutos Federais é diverso, incluindo trabalhadores e pessoas com experiências profissionais anteriores, o que exige atenção específica nas políticas de permanência. Enfatizou que o ingresso de estudantes vulneráveis na pós-graduação representa um avanço histórico e que, por isso, é essencial garantir políticas adequadas que assegurem sua permanência. Reconheceu que a lei sancionada não contemplou todos os aspectos desejados, o que gera dúvidas quanto à inclusão dos estudantes da pós-graduação como sujeitos de direito da assistência estudantil. Ressaltou ainda que a questão orçamentária é um dos principais desafios para a efetivação dessas políticas, sendo necessário ampliar o debate e buscar soluções junto aos órgãos competentes. Por fim, Amanda compartilhou sua experiência pessoal como bolsista da Capes durante o mestrado e doutorado na PUC-SP, entre 2010 e 2015, destacando que, à época, não havia discussões sobre políticas de permanência estudantil na pós-graduação. Considerou positivo o fato de que, atualmente, grupos de estudantes têm se mobilizado em torno dessa pauta, e reforçou a importância de que os subsídios da regulamentação contemplem efetivamente os estudantes da pós-graduação em situação de vulnerabilidade. Em seguida, **Artur Antônio dos Santos Araújo** (SESU/GAB/MEC), iniciou sua fala parabenizando os participantes pelas reflexões apresentadas, destacando a relevância dos dados compartilhados por Vinicius e as contribuições dos professores Antônio e Sandro, que, segundo ele, ampliam significativamente o horizonte de compreensão sobre a política de assistência estudantil. Em seguida, Artur direcionou sua fala ao representante da ANPG, Vinicius, trazendo três pontos para reflexão do grupo de trabalho, especialmente em vista do prazo de envio das contribuições escritas, que se encerra em 28 de outubro. O primeiro ponto abordado refere-se à inclusão dos estudantes da pós-graduação na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Artur destacou que, conforme o artigo 1º, §2º, inciso I da lei, a PNAES poderá atender estudantes de programas presenciais de mestrado e doutorado, desde que haja disponibilidade orçamentária. Assim, embora a lei reconheça a possibilidade de inclusão, ela não garante esse atendimento como um direito explícito. Questionou, portanto, se a regulamentação poderia superar essa limitação legal sem necessidade de alteração legislativa. O segundo ponto levantado diz respeito à contradição entre a demanda apresentada pela ANPG, que propõe o acúmulo

de bolsas com auxílios de assistência estudantil, e o que está previsto no artigo 8º, parágrafo único da lei, que estabelece prioridade para estudantes que não recebem bolsas concedidas por órgãos governamentais. Artur apontou que essa disposição legal cria um obstáculo à proposta de auxílio complementar, especialmente para estudantes cuja bolsa representa a principal fonte de subsistência. Por fim, o terceiro ponto tratado foi o alinhamento conceitual entre vulnerabilidade social e permanência estudantil. Artur destacou que a regulamentação da PNAES, ao incluir critérios de vulnerabilidade, contribui para enfrentar a evasão e a crise sistêmica de formação, conforme previsto nos artigos 2º e 6º da lei. Enfatizou que os objetivos da política convergem com o diagnóstico apresentado pela ANPG, reforçando a necessidade de priorizar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Concluiu sua fala solicitando à ANPG contribuições robustas que possam ajudar o GT a superar os obstáculos legais identificados e avançar na regulamentação da política. **Arlindo Baré** iniciou sua fala reforçando pontos apresentados anteriormente, especialmente os do professor Fábio, sobre a ampliação das cotas e a consequente necessidade de presença ativa dos estudantes nas universidades. Destacou que a universidade é o espaço legítimo para discutir os contextos sociais vivenciados por esses estudantes, e que a Lei de Cotas, embora garanta avanços, ainda precisa ser aprimorada quanto à inclusão efetiva de estudantes indígenas na pós-graduação. Compartilhou sua experiência pessoal como estudante indígena do Rio Negro, relatando dificuldades enfrentadas para obter bolsa de iniciação científica da Fapesp, devido ao critério de mérito acadêmico. Ressaltou que, ao se discutir vulnerabilidade, é essencial garantir explicitamente o direito à permanência, considerando os contextos específicos dos estudantes indígenas. Arlindo também apontou que os valores estipulados pelas agências de fomento não são suficientes para cobrir os custos de deslocamento e pesquisa de campo em territórios indígenas, o que limita a participação desses estudantes em atividades acadêmicas fundamentais. Mencionou que, apesar das dificuldades, conseguiu desenvolver o projeto "Solar Rio Negro", que resultou na criação do primeiro centro de aprendizagem indígena em tecnologia fotovoltaica em seu território, formando 42 estudantes indígenas. Destacou que esse projeto só foi possível por iniciativa própria, pois os critérios de mérito, sem considerar a vulnerabilidade, teriam excluído essa possibilidade. Arlindo defendeu que os critérios de mérito devem ser aliados aos critérios de vulnerabilidade, sob pena de se promover exclusão em vez de inclusão. Enfatizou a importância de escuta ativa e diálogo com os coletivos estudantis, especialmente indígenas e quilombolas, para que a reformulação da política de assistência estudantil seja efetiva e justa. Finalizou sua fala destacando a urgência de discutir a inclusão desses grupos, citando dados do Inep de 2022 que indicam a existência de mais de 68 mil estudantes indígenas na graduação e pós-graduação, e reforçou que sua intervenção tem caráter reflexivo, com o objetivo de contribuir para a construção de uma política mais inclusiva. Após, **Antônio Gomes de Souza Filho** retomou uma questão anteriormente mencionada por Sandro, direcionada à Capes, e apresentou duas perspectivas sobre a política de concessão de bolsas da agência. Inicialmente, destacou que a Capes atua em parceria com as instituições de ensino, respeitando a autonomia destas e de seus programas de pós-graduação para definirem suas estratégias de distribuição de bolsas. Segundo ele, essa autonomia é fundamental, pois permite que cada instituição e programa adapte suas ações às realidades socioeconômicas e aos perfis diversos dos estudantes, que variam inclusive dentro de uma mesma área de conhecimento. Antônio alertou que a adoção de critérios uniformes para todas as instituições poderia comprometer a efetividade das políticas, dada essa diversidade. Explicou que, atualmente, a concessão de bolsas — seja pelo programa de demanda social ou pelo Proex — é decidida pelas instituições e programas, que podem, se desejarem, estabelecer cotas específicas para estudantes em situação de vulnerabilidade. Ressaltou que, embora o nome “demanda social” sugira vínculo com vulnerabilidade, o programa não possui, conceitualmente, essa associação direta. Em seguida, Antônio mencionou que o censo educacional poderá ser uma ferramenta estratégica para a Capes no futuro, permitindo a definição de políticas mais direcionadas, inclusive com recortes específicos para perfis de estudantes. Embora ainda não haja nenhuma política definida nesse sentido, ele indicou que os dados do censo poderão subsidiar decisões futuras sobre a inclusão de critérios de vulnerabilidade na concessão de bolsas. Por fim, destacou que o modelo atual de distribuição de bolsas pela Capes considera, além do desempenho dos programas, o índice de desenvolvimento da região onde a pós-graduação é ofertada, o que já representa, em alguma medida, uma atenção à questão da vulnerabilidade. Sugeriu que, com os dados do censo, poderá ser possível desenvolver indicadores que contemplem diretamente os beneficiários das bolsas, e não apenas os programas. Finalizou indicando que essas questões ainda estão em fase de discussão e

aprofundamento, e mencionou a presença de Alexandre Marafon, diretor substituto de Programas e Bolsas da Capes, que poderia complementar o posicionamento da agência. Em seguida, **Vinicius Soares** (ANPG) iniciou sua fala agradecendo o espaço e respondeu diretamente às colocações feitas por Arthur e Amanda, contextualizando o processo de aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Relatou que a ANPG esteve presente durante as etapas decisivas da tramitação da lei, tanto na Câmara quanto no Senado, e destacou que, embora o texto aprovado não tenha contemplado integralmente os anseios da entidade, representou uma vitória política significativa, especialmente para a pós-graduação. Segundo Vinicius, a aprovação da lei retirou da ilegalidade práticas já adotadas por gestores que destinavam recursos à pós-graduação, o que representa um avanço institucional relevante. Em relação à regulamentação, Vinicius defendeu que é necessário encontrar um equilíbrio entre o conceito jurídico de direito e as decisões políticas que o Ministério da Educação deverá tomar. Ressaltou que ainda persiste uma visão cultural equivocada dentro das universidades, que associa o ingresso na pós-graduação à superação da vulnerabilidade social, o que não condiz com a realidade enfrentada pela maioria dos pós-graduandos. Argumentou que o texto legal, ao prever atendimento à pós-graduação “se houver disponibilidade orçamentária”, não condiciona esse atendimento à cobertura total da graduação, permitindo, portanto, a inclusão dos pós-graduandos na política desde que haja recursos disponíveis. Vinicius reforçou que o critério central para acesso à assistência estudantil deve ser a vulnerabilidade socioeconômica, e não o nível de formação acadêmica. Destacou que há pós-graduandos com bolsa que não conseguem se sustentar, e muitos outros que sequer têm acesso a bolsas. Nesse sentido, defendeu a possibilidade de acúmulo de bolsa com auxílio estudantil, especialmente em casos de alta dependência financeira, e citou como exemplo positivo a política de assistência estudantil da USP e da Unicamp, que contempla bolsistas com auxílios complementares. Por fim, Vinicius afirmou que a ANPG tem se empenhado em identificar o perfil dos pós-graduandos para subsidiar decisões políticas na regulamentação da PNAES. Reiterou que o foco deve ser a vulnerabilidade social, e não a distinção entre graduação e pós-graduação, e concluiu destacando o esforço da entidade em ampliar os recursos destinados à política, com vistas à democratização do acesso e à garantia da permanência dos estudantes. **Fábio da Silva Paiva (SE/GAB/MEC)**, parabenizou a ANPG pelo trabalho desenvolvido, reconhecendo o papel fundamental da entidade na luta pela inclusão dos estudantes da pós-graduação nas políticas de assistência estudantil. Destacou que avanços como o acesso de pós-graduandos a restaurantes universitários, moradia estudantil e outros serviços só foram possíveis graças ao esforço político e institucional da ANPG, por meio de diálogo, produção de documentos e mobilização. Em seguida, Fábio compartilhou sua experiência como professor e ex-estudante de pós-graduação na Universidade Federal de Pernambuco, ressaltando que ainda há uma valorização excessiva do critério de mérito nos programas de pós-graduação, o que pode restringir o acesso e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade. Citou como exemplo as bolsas concedidas por agências de fomento, como a Fapesp e a Facep, que priorizam critérios técnicos e, em alguns casos, o currículo do orientador, em detrimento da análise da vulnerabilidade social do estudante. Fábio reconheceu que, embora o mérito acadêmico seja relevante na pós-graduação, especialmente para a construção científica e o desenvolvimento de pesquisas, é necessário considerar também os recortes territoriais e étnicos, como os mencionados por Arlindo Baré, para garantir uma política mais inclusiva. Reforçou que o Grupo de Trabalho (GT) tem como função principal subsidiar a regulamentação da PNAES por meio de debates, relatórios e contribuições, respeitando os limites estabelecidos pela legislação vigente. Destacou a importância de manter o alinhamento com a lei, conforme mencionado por Arthur, para que o GT não extrapole seu escopo e não gere expectativas que não possam ser atendidas. Ressaltou que, conforme apontado por Vinicius, a regulamentação pode contemplar a pós-graduação desde que haja disponibilidade orçamentária, o que está previsto na legislação. Por fim, Fábio reconheceu que há distorções no sistema de fomento que não podem ser corrigidas diretamente pelo GT ou pelo Ministério da Educação, mas que devem ser observadas com atenção e solidariedade, visando futuras melhorias. Encerrando sua fala, Fábio informou que não havia novas inscrições para manifestação e encaminhou a aprovação da ata da terceira reunião extraordinária, considerando a ausência de objeções no chat. Solicitou que os participantes registrassem presença por meio do link disponibilizado e anunciou a programação das próximas reuniões do GT: a quinta reunião extraordinária na terça-feira seguinte e a oitava e última reunião ordinária na última semana de outubro. Consultou Amanda e Arthur sobre eventuais complementações necessárias. **Artur Antônio dos Santos Araújo (SESU/GAB/MEC)** agradeceu a todos os participantes pela profundidade do debate,

destacando especialmente as contribuições do presidente da ANPG e do professor Antônio. Ressaltou que a discussão validou o diagnóstico de que a pós-graduação enfrenta uma crise de permanência estudantil e que a assistência é urgente para a maioria dos pós-graduandos. Enfatizou que os encontros do GT têm sido fundamentais para a formulação de propostas e reafirmou a disposição do grupo em seguir com os trabalhos. De forma descontraída, comentou que a próxima reunião, voltada ao orçamento, poderia ter menor quórum devido à complexidade e ao interesse reduzido sobre o tema. **Amanda Machado dos Santos Duarte** (SE/GAB/MEC) questionou se haveria espaço para sugestões de pauta para a próxima reunião, considerando que a atual era uma reunião extraordinária. Fábio da Silva Paiva respondeu que já havia indicações registradas, mas que novas sugestões poderiam ser acolhidas. Em seguida, Vinicius Soares (ANPG) sugeriu o convite ao grupo Observatório do Conhecimento, liderado pela associação docente da UFRJ, para contribuir com o debate sobre orçamento. Informou que o grupo realiza estudos anuais sobre o financiamento das universidades e sobre assistência estudantil. Fábio agradeceu a sugestão e esclareceu que a próxima reunião será focada especificamente no orçamento da PNAES, questionando se o grupo indicado teria contribuições específicas nesse campo. Vinicius confirmou que sim, reforçando a relevância da participação do Observatório. **Fábio da Silva Paiva** finalizou a reunião agradecendo aos convidados — Vinicius Soares (ANPG), Antônio Gomes de Souza Filho (Capes) e Rafaela (Inep) — pela presença e pelas contribuições, lembrando que todos são membros do GT e participarão das próximas reuniões. Reforçou que a temática discutida está diretamente relacionada à questão orçamentária e agradeceu também aos demais membros do grupo. Informou que, não havendo novas inscrições para fala, a ata da terceira reunião extraordinária foi considerada aprovada, na ausência de manifestações contrárias. Solicitou que os presentes registrassem sua participação por meio do link disponibilizado no chat, destacando a importância desse registro para a construção dos documentos do GT. Por fim, anunciou a programação das próximas reuniões: a quinta reunião extraordinária na terça-feira seguinte e a oitava e última reunião ordinária na última semana de outubro. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h48min.



Documento assinado eletronicamente por **Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador(a)-Geral**, em 04/11/2025, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fábio da Silva Paiva, Gerente de Projeto**, em 04/11/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6291562** e o código CRC **3439D181**.